CURSO DE PEDAGOGIA

FACULDADE FASUL

COMO TRABALHAR COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EDJANARA ANTÉRIO DA SILVA

ITAMBÉ/PE

2025

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar e discutir práticas pedagógicas para a inclusão e o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Considerando que o TEA é caracterizado por alterações na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento restritivos e repetitivos, o estudo busca compreender de que forma a escola e o professor podem promover um ambiente de aprendizagem inclusivo, respeitando as especificidades e potencialidades de cada criança. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica fundamentada em autores que ressaltam sobre o tema, além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Educação Especial. Foram analisadas práticas pedagógicas como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, atividades sensoriais e intervenções mediadas pelo professor e pela equipe multidisciplinar. Constatou-se que o sucesso no trabalho com crianças com TEA está diretamente ligado à formação docente, à parceria com a família e ao planejamento individualizado, que respeite o ritmo e as necessidades da criança. Conclui-se que a inclusão efetiva de crianças com TEA na Educação Infantil requer não apenas adaptações metodológicas, mas também uma mudança de postura da escola, pautada na empatia, no conhecimento técnico e no compromisso com a diversidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Estratégias pedagógicas; Formação docente.

ABSTRACT

The present Final Paper aims to analyze and discuss pedagogical practices for the inclusion and development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education. Considering that ASD is characterized by changes in communication, social interaction, and by restrictive and repetitive behavior patterns, the study seeks to understand how schools and teachers can promote an inclusive learning environment, respecting the specificities and potential of each child. The research was carried out through a literature review based on authors who address the topic, as well as official documents such as the *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) and the National Special Education Policy. Pedagogical practices such as the use of visual resources, structured routines, sensory activities, and interventions mediated by teachers and the multidisciplinary team were analyzed. It was found that success in working with children with ASD is directly linked to teacher training, partnership with families, and individualized planning that respects the child's pace and needs. It is concluded that the effective inclusion of children with ASD in Early Childhood Education requires not only methodological adaptations but also a change in the school's attitude, guided by empathy, technical knowledge, and a commitment to diversity.

Keywords: Early Childhood Education; Autism Spectrum Disorder; Inclusion; Pedagogical strategies; Teacher training.

INTODUÇÃO

Atualmente, tem se falado muito de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de aulas regulares, no entanto, na prática, é desafiador para o professor lecionar para a turma regular, e dar a atenção necessária para ao aluno autista, contudo, acolher a criança autista em sala junto dos demais estudantes, faz parte do trabalho docente, sendo necessário que este profissional elabore atividades diferenciada que possa atender ao aluno, além de manter um clima dinâmico q em que o aluno autista sinta-se acolhido e valorizado.

O tema inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular é um tema de grande importância na atualidade, pois a inclusão destas crianças busca garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições intelectuais, sociais ou culturais. A inclusão escolar é uma prática que visa a promoção do respeito pela diversidade, a valorização das diferenças individuais e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Nesta perspectiva, é fundamental discutir as políticas públicas e as práticas pedagógicas relacionadas à educação inclusiva no contexto do ensino regular. Torna-se necessário analisar como as escolas estão se preparando para receber alunos com deficiências e/ou com outras necessidades educacionais especiais, evidenciando, por exemplo, os serviços do Atendimento educacional especializado (AEE) e da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE). Dessa forma, busca-se compreender os

desafios enfrentados pelos professores no atendimento à tais estudantes, assim como a maneira que a família se mostra diante de tal processo, não deixando de considerar a sociedade de forma geral e a maneira que vem se posicionando diante de tais questões.

Vale destacar que a educação inclusiva não é um processo fácil e simples, ela exige uma mudança de mentalidade e um comprometimento efetivo de toda a comunidade escolar, não apenas do professor regente da turma, além disso, é fundamental a participação e apoio da família, para que o trabalho doe educador com estes estudantes, seja efetivo. A comunidade escolar necessita de pensar em estratégias e ações que possam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, de forma a respeitar suas individualidades e potencialidades.

Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o trabalho docente com alunos autistas, e a inclusão destes alunos da educação infantil no ensino regular e que sirva de instrumento para ajudar no reconhecimento do quão é importante o respeito às diferenças.

1. OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem por objetivo geral, investigar como deve ser o trabalho do professor com alunos que tenham TEA e estejam inseridos na educação infantil, em sala regular, além de ressaltar acerca da inclusão destes sujeitos.

1. Objetivos específicos

- Investigar práticas pedagógicas e as políticas públicas relacionadas à educação ofertada a crianças com TEA no ensino regular;
- Ressaltar acerca e das conquistas já existentes hoje, com relação ao passado na educação de alunos com transtornos;

- Compreender a necessidade do uso de estratégias no planejamento das aulas, de forma que atenda os alunos com TEA, promovendo a inclusão nas salas de turma regulares.

2. METODOLOGIA

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, a metodologia que orientou o desenvolvimento desse estudo foi do tipo qualitativa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Oliveira (2004, p. 119), “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno.” Trata-se, portanto, de “uma pesquisa elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2017, p. 28), ou seja, possibilita colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmando sobre determinado assunto.

Desse modo, a partir de uma busca exploratória, numa revisão da literatura pertinente ao tema, nosso aporte teórico toma por base autores que discorrem sobre o tema escolhido para o trabalho. O material consultado envolveu livros, artigos científicos publicados em periódicos, trabalhos acadêmicos, impressos ou disponíveis em sites confiáveis, dentre outros, que surgiram ao longo do percurso desse trabalho.

Para uma melhor leitura e compreensão, o trabalho será organizado por tópicos, com relevantes informações acerca do tema abordado, visando mais conscientização da comunidade escolar com relação a inclusão, ressaltando o trabalho de professores da educação infantil com alunos com TEA.

Serão realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de levantar informações sobre o tema e analisar como as escolas estão lidando com essas questões, explorando as obras de autores que discorrem sobre o tema.

3 DESENVOLVIMENTO

Este artigo de pedagogia sobre o trabalho com alunos com TEA na educação infantil em sala regular busca abordar estratégias pedagógicas eficazes para promover a inclusão e o aprendizado desses alunos, considerando suas especificidades e necessidades. O trabalho deve explorar a importância da adaptação do ambiente, da comunicação, da rotina e das atividades pedagógicas, além de destacar a relevância da parceria com as famílias e a equipe escolar.

Atualmente, o número de crianças com transtorno do espectro autista vem aumentando, essas crianças ao serem inseridas nas instituições de ensino regular necessitam de apoio, compreensão e de estratégias de ensino, que possam ajuda-los em suas aprendizagens, pois cada aluno que tenha TEA, tem seu tempo de aprender, sua forma de socializar com colegas e professores à sua maneira e a seu tempo.

De acordo com a 5ª edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), “o autismo é caracterizado por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, além de dificuldades na comunicação e interação social”. É importante entender as características do autismo para desenvolver estratégias de ensino que possam ser efetivas para essas crianças. Como postula Orrú (2019, p. 57): "é apetecível que a comunidade escolar abra sua mente para conhecer seu aprendiz, a criança, adolescente, jovem que é acompanhada pelo autismo e suas particularidades””

Portanto, é fundamental compreender o conceito de ensino organizado por meio da experiência de papéis sociais na Educação Infantil, a fim de analisar as implicações no desenvolvimento psíquico das crianças. Além de ser necessário orientar o trabalho educativo para o desenvolvimento do

psiquismo na educação inclusiva, considerando o desenvolvimento do psiquismo das crianças nessa fase.

A lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional art. 59, assegura que todas as escolas devem garantir aos seus alunos com deficiência um atendimento adequado, ao fornecer recursos educativos, professores especializados e um ambiente de acolhimento. Para que isso ocorra, a instituição de ensino deve acolher os alunos independente de suas condições, adequar-se às necessidades requeridas e auxiliar com a participação da família nesse processo.

A Educação Infantil tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até seis anos, ao abranger os aspectos psicológicos, físicos, sociais e intelectuais. Assim, destaca-se a necessidade do trabalho educativo do docente em relação a essas crianças, a fim de proporcionar um melhor desenvolvimento, ao facilitar os seus convívios sociais.

Nesta perspectiva, tem se a ideia de que os indivíduos concebem meios para se relacionar nos grupos sociais, ocasionados por intermédio da linguagem e da comunicação, de modo que o aluno com Transtorno do Espectro Autista consiga, por meio da mediação do professor, desenvolver a autonomia, a independência, a comunicação não verbal simbólica, e os aspectos sociais, como a imitação, a aprendizagem da espera, ou seja, esperar pela sua vez, entre outros.

3.1 Práticas pedagógicas na educação de crianças com TEA

Na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), práticas pedagógicas eficazes envolvem a criação de ambientes estruturados, o uso de recursos visuais, a personalização do ensino e a promoção da comunicação e interação social. É crucial que os educadores adaptem suas abordagens para atender às necessidades individuais de cada aluno, considerando suas dificuldades e potencialidades.

Segundo Rossato e Constantino (2017) o docente que tem em sua sala de aula alunos autistas, deve conseguir identificar as necessidades desses alunos, do mesmo modo que suas potencialidades, desenvolvendo estratégias

pedagógica que auxiliam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional deles.

Referindo-se a crianças com Transtorno do Espectro Autista o primeiro ponto a ser destacado é que o professor deve estar bem preparado para lidar com as particularidades de cada uma. É importante que ele desenvolva conhecimento sobre o transtorno e suas características, bem como as estratégias de intervenção adequadas para cada caso. É fundamental que o docente compreenda as dificuldades que podem estar presentes no processo de aprendizagem da criança com TEA e esteja disposto a adaptar as atividades e metodologias de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada aluno (VYGOTSKY, 1984).

O professor é um mediador no processo de aprendizagem, ao ser responsável por promover situações desafiadoras e significativas para os alunos. Dessa forma, ao adotar estratégias de ensino que considerem as particularidades do TEA, o professor pode promover desafios adequados para o aluno autista, ao contribuir para o seu desenvolvimento e aprendizado (REGO, 1996).

Dessa forma, é fundamental que as escolas desenvolvam estratégias pedagógicas adequadas para a inclusão de alunos com TEA nas séries iniciais da escola regular. Além da utilização de recursos visuais e da adoção de estratégias de ensino reforçadas, é fundamental que a escola mantenha um ambiente físico adequado para o aluno com TEA, com recursos de acessibilidade e conforto. Além disso, a equipe pedagógica precisa estar capacitada para lidar com as particularidades do TEA, como possíveis comportamentos agressivos, isso inclui, portanto, uma necessidade das instituições em investirem em formações continuadas aos seus docentes, uma vez que isso torna-se a realidade atual do ensino inclusivo.

A Educação Infantil é um lugar privilegiado, espaço de interação social que pode proporcionar muitas possibilidades de aprendizagem nas diversas áreas como: motora, linguística, social, entre outras, capaz de favorecer o desenvolvimento de qualquer criança, quando as práticas pedagógicas são bem planejadas em função das necessidades educacionais de cada criança, em especial, foco desta pesquisa, os que apresentam Transtorno de Espectro

Autista (TEA). No entanto, nem sempre foi assim.

Infelizmente, em tempos pretéritos, a criança com transtorno de espectro autista, era intitulada como “louca”, em muitos casos, os pais os mantinham fora da escola, por entender que a criança não tinha condições de aprender, e nem de conviver com outras crianças no ambiente escolar. A partir da criação da Constituição Federal de 1988 a educação infantil torna-se um direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, sendo dever do Estado garantir tal direito.

Na década de 90, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/ 96, este documento foi que reconheceu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, sendo as crianças de 0 a 3 anos destinadas ao atendimento em creches e as de 4 a 6 anos de idade em pré-escolas, que devem ter como função o cuidar e o educar de forma indissociável, promovendo a partir de práticas pedagógicas, o bem estar das crianças e o desenvolvimento integral. Para orientar o trabalho do professor são criados os Referencias Curriculares para a Educação Infantil, propostos por meio de seis eixos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

O Ministério da Educação, Em 2006 apresentou Políticas Nacionais de Educação Infantil, recomendando que as práticas pedagógicas fossem concebidas partindo dos saberes e do cotidiano dos sujeitos envolvido no processo educativo. (COSTA, 2013).

Referindo-se às práticas pedagógicas SOUZA (2004, p.2) defende que “ em primeiro lugar, é importante considerar a prática pedagógica como parte de um processo e de uma prática social maior” (...) “e em segundo lugar, a prática pedagógica expressa as atividades que são desenvolvidas no cenário escolar”. E como a sociedade através de sua Cultura determinam essa prática ela também é capaz de modificar e interferir na sala de aula e na prática do professor.

Contudo, embora o professor não conceba em si a sua prática, ele pode no seu dia-a-dia de sala de aula, construir e reconstruir a prática pedagógica em função dos educandos, mas para tanto se faz necessário que o mesmo disponha de conhecimento sobre a teoria, dos objetivos que são propostos

para Educação Infantil e tempo, pois, a prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõe uma relação entre teoria e prática, não a prática pela prática, sem nenhuma reflexão.

> (...) A prática pedagógica e uma prática docente na perspectiva das especificidades e necessidades da educação infantil devem ser organizadas de forma que desenvolvam suas capacidades expressivas e instrumentais do movimento de observação e identificação de imagem de comunicação sobre o meio ambiente, de conceitos aritméticos e espaciais que levem à construção da identidade das crianças por meio de práticas diversificadas realizadas em situações de interação pedagógica (LIMA, SÉRGIO E SOUZA, 2012, p. 6).

Assim, percebe-se que as práticas pedagógicas de ensino na educação infantil, apresenta intencionalidade, objetivos, que são desenvolvidos em seus educandos, esses objetivos propostos e ao se propor prática diversificada, nessa interação pedagógica abre uma grande oportunidade de desenvolver as potencialidades de cada individuo, para o autor:

> “(.. .) a construção da autonomia e da cooperação, o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação do autoconceito estável e positivo, a comunicação e a expressão em todas as formas, particularmente ao nível da linguagem”. (KRAMER, 2009, p. 37)

Neste contexto, para que as metas e objetivos sejam alcançados no trabalho da educação infantil com as crianças com TEA, é necessário um olhar atento para esse indivíduo. Visto que estas crianças tem uma forma peculiar de ver o mundo, de se aperceber a detalhes que comumente não perceberíamos. Alguns estudos realizados pela Neurociência, como destaca MATTOS e NUEBERG (2011), defendem que em geral as pessoas com TEA têm alterações cerebrais nas atividades dos neurônios-espelho, responsável pela percepção, empatia, compreensão das interações e linguagem, dificultando a sua comunicação e a interação social, pois ao não conseguir expressar suas vontades a pessoa com TEA poderá apresentar comportamentos de irritabilidade, podendo até apresentar comportamento agressivo.

Estudos sobre este assunto confirmaram que em geral a pessoa com TEA apresenta uma boa memória visual, portanto, o professor pode trabalhar com esse aluno atividades que envolvam imagens coloridas de forma a destacar o que pretende ser ensinado.

Ao pensar na sua prática pedagógica, o docente pode também utilizar recursos visuais que facilitem não só a compreensão do estudante com TEA como a dos demais alunos, pois as crianças nesta etapa da educação tendem a desenvolver suas aprendizagens por meio de figuras coloridas e/ou aspectos que se destacam. Para potencializar o trabalho com na educação infantil, os professores podem fazer uso de fotografias da turma em diversos momentos como: roda de história, atividade de compreensão da escrita, hora de lavar as mãos, hora do lanche, ir ao banheiro, hora da brincadeira, hora de ir para casa, entre outras atividades.

Essa prática aliada a uma organização de rotina visual poderá diminuir consideravelmente a ansiedade e favorecer a comunicação com o aluno com TEA. O professor poderá também utilizar jogos com imagens, cartões com gravuras para estimular a compressão de sequência lógica, facilitando a comunicação e desenvolvimento tanto dos estudantes que apresentam dificuldade na fala quanto os que são oralizados.

Outra prática pedagógica essencial no trabalho com alunos com TEA, é o uso de Tecnologias Assistiva (TA), porque auxilia na comunicação, no desenvolvimento físico e mental possibilitando maior participação e autonomia nas atividades escolares, através de matérias adaptados e recursos tecnológicos previamente estudados de acordo com a dificuldade do estudante para lhe fornecer suporte, segurança e melhor desempenho nas aulas, pois o uso de TA nas aulas auxilia o professor a:

> (...) buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realiza o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de materiais escolares e pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É prover meios para que o aluno possa desafiarse a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator

(BERSCH, 2006, P. 89),

Diante disso, as práticas pedagógicas, visa o desenvolvimento da autonomia pessoal dos alunos por meio de recursos tecnológicos, com a utilização de esquemas com fotos, figuras retiradas de revista, de acordo com o contexto e necessidade a ser atendida.

Assim, é no contexto da Educação Infantil que pode ser observado o processo de interação entre a criança e os indivíduos que fazem parte do ambiente escolar, no qual será propiciado o desenvolvimento de sua capacidade de comunicação, de compreender o mundo que a cerca, desenvolvendo sua autonomia, dando sentido às interações sociais.

3.2 Conquistas e Ordenamento Legal da Inclusão na Educação no Brasil

No início da Ditadura Militar no Brasil, mais precisamente entre os anos de 1964 à 1969, a Constituição de 1946, vigente até então, foi alterada com 17 decretos denominados Atos Institucionais criados para suprimir os direitos civis dos cidadãos. Os AIs, como ficaram conhecidos, davam amparo legal para que o governo pudesse agir de acordo com os seus interesses e oprimisse tentativas da oposição de derrubá-lo utilizando-se de métodos que violavam tanto os direitos da liberdade de expressão política e artística, quanto o direito do cidadão de viver em seu próprio país e defender sua vida.

Para Andrade (2010), a Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967, encomendada e formalizada pelo primeiro presidente do Golpe Militar, Humberto de Alencar Castelo Branco. Foi escrita por um grupo de juristas que apoiavam a ditadura militar e que por um lado asseguravam a legalidade de quaisquer atitudes tomadas por parte do governo militar para se manter no poder e por outro lado não permitia aos réus o "*habeas corpus*" nos casos de crimes políticos; exilava inimigos políticos; censurava as mídias e expressões culturais como teatro, cinema, músicas, livros.

O Golpe Militar perdurou até 1985 quando se iniciou o momento de reabertura democrática do país com a eleição do presidente civil Tancredo Neves. Em 5 de outubro de 1988 no governo democrático do presidente José Sarney foi apresentada a nova e atual Constituição da República Federativa do Brasil, com a proposta de implementar um governo democrático baseada nos direitos humanos, na qual a prioridade das ações é a preservação do direito à vida, ao acesso à cultura, educação, lazer, saúde, liberdade de expressão e o direito de ir e vir. A Constituição de 1988 expõe, logo no início, que pretende promover a igualdade, livre de toda forma de preconceito: raça, sexo, cor, idade, religião e construir uma comunidade livre e solidária. Determinações compreensíveis após 21 anos de repressão militar.

Um ponto importante, para nós educadores, é conhecermos o que assegura a Constituição de 1988 sobre a Educação e a oportunidade de acesso para todos os cidadãos brasileiros de acordo com suas necessidades. Encontramos no artigo 203 do capítulo II o direito adquirido das pessoas com deficiência de terem possibilidade de serem inseridas na sociedade através da habilitação e reabilitação (BASILE, 2015).

Compreendemos a escola como um lugar onde a interação entre alunos e adultos os ajudam a se tornarem pessoas capazes de viver bem em sociedade, através da socialização e sabendo que a educação é um direito de todos e visa tanto o desenvolvimento, quanto o preparo para a cidadania e para o trabalho. O Estado deve oferecer atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino· Além da educação obrigatória, atendimento especializado para os portadores de deficiências e

criação de programas de prevenção e atendimento especializado, o Estado, assim como a família e a sociedade, têm como dever priorizar a criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ainda no capítulo VII da Constituição Federal de 1988 verifica-se que o Estado tem a preocupação em auxiliar a integração do deficiente na sociedade inclusive repensando e modificando os aspectos arquitetônicos da cidade, pois para garantir a promoção da inclusão das pessoas na escola regular de ensino e no mercado de trabalho, bem como, na convivência social, de acordo com suas habilidades, ele deve proporcionar acesso adequado para essas pessoas aos lugares públicos (prédios com rampas de acesso; elevadores; calçadas planas) inclusive com a fabricação de veículos de transporte coletivo adaptado às pessoas com deficiência (BARTALLOTTI, 2006).

Historicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA foi o documento mais relevante para a formulação e criação de diretrizes que asseguram direitos básicos para que as crianças se desenvolvam com oportunidades de alcançarem o maior grau de desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social, afetivo, psicológico possível de acordo com a sua deficiência, mas ao mesmo tempo independente dela. Ou seja, o amparo legal para o desenvolvimento pessoal de cada criança respeitando-se sua individualidade e seu tempo de desenvolvimento, sendo a inserção de crianças e adolescentes financiada pelo poder público, que tem o dever de oferecer uma educação com currículo adequado e adaptado às condições específicas de seus alunos.

No mesmo ano ocorreu a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que foi realizada entre os dias 5 e 9 de outubro de 1990 em Jomtien , Tailândia, pela UNESCO, na qual o Brasil é signatário. Foi exposta a necessidade de medidas educativas para garantir a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência.

O plano traçado pelos países participantes da UNESCO para suprir a demanda do analfabetismo mundial oferece oportunidade a todos de

satisfazerem as necessidades básicas de aprendizagem através dos instrumentos essenciais: leitura, escrita, expressão oral, cálculo e resolução de problemas e dos conteúdos como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessários para a sobrevivência e desenvolvimento pessoal que permita à pessoa “trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo” (TESSARO, 2011).

O princípio norteador da estrutura de ação divulgada na Declaração de Salamanca é a noção e efetivação da escola inclusiva, onde as escolas se preparam para dar o atendimento educacional específico para todos os alunos com qualquer tipo de deficiência. Os governos devem aderir à política de incluir socialmente os cidadãos, e uma das formas é através da inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiências, possibilitando desenvolvimento e atuação com maior autonomia, em uma sociedade que aprendeu a ser inclusiva.

Dentro das escolas inclusivas os alunos com deficiência se desenvolvem com maior estímulo, pois convivem com crianças sem deficiências e aprendem a lidar com as diferenças. A própria sociedade se modifica através das experiências de inclusão. Se desde criança o cidadão aprende a respeitar e conviver com as diferenças, futuramente teremos uma sociedade efetivamente inclusiva.

A escola deve se preparar para receber alunos com diferentes deficiências e a Declaração de Salamanca oferece recomendações para uma efetiva inclusão educacional: criação de uma pedagogia centrada na criança de acordo com as necessidades específicas de cada um, de acordo com suas deficiências e capacidades de desenvolvimento e aprendizagem.

A Declaração de Salamanca esclarece o direito de toda pessoa portadora de deficiência ter acesso a uma educação especializada e de poder ter voz ativa com relação à sua educação, dentro da sua capacidade de desenvolvimento (MANTOAN, 2006).

As sugestões são feitas em âmbito mundial, e tanto o princípio fundamental da escola inclusiva, que assinala a importância das crianças aprenderem sempre juntas sem separações por critérios exclusivos, como a

pedagogia centrada na criança que utiliza seus conhecimentos prévios, as experiências de vida, a realidade da criança e sua capacidade de assimilar, questionar, produzir conhecimento são importantes para o desenvolvimento do ser humano de acordo com suas limitações, são pontos chaves das orientações da Declaração de Salamanca para uma sociedade inclusiva.

No Brasil foi em 20 de dezembro de 1996 com a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, realizada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que aspectos educacionais importantes foram revistos, como a garantia de educação para todos, determinação da inclusão de alunos com deficiências em escolas públicas, independentemente do tipo e grau da deficiência, preparação adequada dos profissionais que atuam com a educação de crianças, adolescentes e adultos.

Na presente pesquisa consideramos importante destacar o capítulo V da LDB, pois se trata exatamente da Educação Especial, compreendendo esta como a modalidade de educação escolar para discentes portadores de necessidades especiais. Em escolas regulares que tenham alunos com deficiências é dever do Estado dispor de serviço especializado para atender às necessidades especiais desses educandos, e se não for possível à integração do aluno em classes comuns do ensino regular, este deve ser encaminhado para uma classe, escolas ou atendimentos especializados nas condições específicas de cada criança.

O artigo 59 da LDB assegura aos educandos com necessidades especiais um currículo diferenciado, além de métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, de acordo com as especificidades de cada deficiência; condições para concluir os estudos de acordo com a possibilidade de cada educando respeitando os limites de cada deficiência, mesmo que não tenham atingido o nível para aprovação da instituição de ensino.

Se observou que houve uma mudança significativa no modo como a sociedade passou a incluir os deficientes, desde a Constituição de 1964 durante a ditadura, onde eles tinham direito ao acesso desde que pudessem se adaptar ao meio, até a implementação da lei 9.394 de 1996 por Fernando Henrique Cardoso, que garante ao discente com deficiência o direito ao

acesso à informação e a educação, e determina que é dever da sociedade se adaptar as necessidades específicas dessa parcela da população (MANTOAN, 2006).

Uma educação de qualidade deve dar o acesso e garantir a permanência de todos os alunos, com ou sem deficiência. E se, para que esse direito se cumpra, forem necessários materiais específicos, profissionais especializados e outros recursos, as instituições de ensino têm que ter condições de oferecer o amparo legal e de receberem elas mesmas suporte do Estado para cumprir o que hoje é lei.

3.3 Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, atribuindo ao gestor escolar ou autoridade responsável o cumprimento da diretriz inadiável de assegurar matrícula ao aluno com Transtorno do Espectro Autista, ou, com qualquer outro tipo de deficiência.

> Todos os profissionais da escola estarão envolvidos no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, com o objetivo de reduzir ou eliminar barreiras, proporcionando o apoio necessário a todos eles (ART. 3º § 2º).

A fim de garantir os direitos das pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA), foi promulgada a Lei Federal 12,764, da qual se destaca os seguintes aspectos:

- Todos os alunos com TEA têm direito a vida digna, a integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e ao lazer, além do acesso à educação, preferencialmente no ensino regular;

- De acordo com o artigo 7º, “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula do aluno com Transtorno do Espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

> [...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (DUTRA et al., 2008, p. 16).

Mesmo com a garantia de todos esses documentos legais, a inclusão de alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais na escola regular ainda é um tabu para professores e gestores, afetando também o próprio aluno que precisa de condições especiais para a garantia de seu acesso e permanência na instituição.

Portanto, faz-se necessária uma revisão sistemática das políticas de inclusão escolar, que promova não só o acesso das crianças, mas também todas as oportunidades de aprendizagem delas. Para tanto, sugere-se que se volte o olhar para a formação docente, investindo em cursos de capacitação não só dos professores, mas sim de todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar e que atuam direta ou indiretamente com as crianças. Além disso, é imprescindível que se invista na estrutura física das unidades escolares, bem como na parte de material pedagógico e de apoio. Dessa forma, todos estarão gozando de direitos e oportunidades iguais.

1. **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As pesquisas bibliográficas realizadas para este trabalho, evidenciou que o trabalho pedagógico com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil requer práticas que vão além da simples adaptação curricular, envolvendo metodologias diferenciadas, a mediação da aprendizagem e a construção de um ambiente inclusivo.

Verificou-se que, quando o professor utiliza recursos visuais, atividades lúdicas estruturadas e estratégias de comunicação alternativa, a participação da criança com TEA torna-se mais efetiva no contexto escolar. Segundo Schwartzman (2011), a previsibilidade e a organização do ambiente são fatores fundamentais para promover a segurança e o engajamento desses alunos.

Outro resultado relevante foi a importância do vínculo afetivo estabelecido entre professor e aluno. O estudo mostrou que práticas pedagógicas que valorizam a interação, o respeito ao ritmo individual e a socialização contribuem para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional da criança. Vygotsky (1998) já afirmava que a aprendizagem é um processo social, mediado pelas relações interpessoais e pela cultura, o que reforça a necessidade de proporcionar situações de interação entre as crianças com e sem deficiência.

Além disso, constatou-se que a parceria com a família desempenha papel essencial no processo educativo. A troca de informações entre escola e família possibilita a construção de estratégias mais coerentes com as necessidades da criança, como apontam Mendes (2010) e Mantoan (2015), ao destacarem que a inclusão é um processo coletivo que exige a colaboração de diferentes atores.

Os resultados também indicaram desafios, como a falta de formação específica dos professores e a carência de recursos pedagógicos adequados. Esse aspecto corrobora os estudos de Cunha (2019), que enfatiza a urgência de políticas públicas que garantam formação continuada em educação inclusiva e condições de trabalho adequadas aos docentes.

Dessa forma, pode-se afirmar que as práticas pedagógicas voltadas para crianças com TEA na Educação Infantil devem estar pautadas em princípios inclusivos, respeitando as singularidades de cada aluno e promovendo um ensino significativo. A inclusão, nesse sentido, não se resume à permanência física do estudante em sala de aula, mas sim à sua real participação nas atividades e ao reconhecimento de suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender e refletir sobre as práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, considerando a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que o papel do professor vai muito além de transmitir conhecimentos: ele atua como mediador, facilitador e agente de transformação no processo de aprendizagem e socialização dessas crianças.

Constatou-se que a efetiva inclusão de crianças com TEA requer uma formação continuada e específica para os profissionais da educação, de modo que possam compreender as particularidades do transtorno e utilizar estratégias pedagógicas adequadas. Recursos visuais, rotinas estruturadas, atividades sensoriais, o uso da tecnologia assistiva e o trabalho colaborativo com a família e a equipe multidisciplinar mostraram-se fundamentais para

promover o desenvolvimento integral da criança.

Também ficou evidente que a inclusão não é apenas uma questão de técnica ou metodologia, mas uma postura ética e humanizadora, que reconhece o direito de todos à educação de qualidade. Trabalhar com crianças com TEA exige sensibilidade, paciência, flexibilidade e a capacidade de enxergar o potencial de cada uma, valorizando suas conquistas individuais e respeitando seu ritmo.

Foram analisadas leis que asseguram a necessidade da inclusão, bem como o direito da inserção e da efetividade de crianças com TEA nas escolas regulares. Assim, conclui-se que a Educação Infantil tem um papel crucial na construção de bases sólidas para a aprendizagem e a socialização das crianças com TEA.

Quando a escola, a família e a comunidade atuam de forma conjunta, cria-se um ambiente mais acolhedor, inclusivo e estimulante, capaz de favorecer não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o emocional e o social. Dessa forma, reafirma-se que a inclusão é um direito e uma responsabilidade compartilhada, sendo essencial que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios de equidade e respeito à diversidade humana**.**

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marina Codo Teixeira**. Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: utopia ou possibilidade?** Coleção Questões Fundamentais da Saúde, nº 11. São Paulo: Paulus, 2006.

BASILE, Felipe. **Capacidade Civil E O Estatuto Da Pessoa Com Deficiência. Brasília:** Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado Boletim do Legislativo nº 40, 2015. Disponível em:

https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol40. Acesso em: 26 ago. 2019.

BERSCHE, Rita. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/ SEESP, 2006. P. 89-94.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. Brasília, 2012.

COSTA, Maria Lourdene Paula. **Prática docente do professor da educação infantil: contribuições para o desenvolvimento das crianças**. Dissertação de Mestrado (2013)

CONSTANTINO, E. J. . **O Usos das Mídias de Imagens Visuais como Estratégia Pedagógica para Alunos com Transtorno do Espectro Autista**. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

CUNHA, Eugênia Augusta Gonzaga**. Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2019.

DUTRA, Joel Souza; FLERY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. (Org.). **Competências: conceitos, métodos e experiências.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2017.

KRAMER, Sonia. (coordenadora). **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. Colaboração de PEREIRA, Ana Beatriz Carvalho, OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos e ASSIS, Regina de. 14. Ed.- São Paulo: Ática 2009.

LIMA, Rita Carla, SÉRGIO, Maria Cândida, SOUZA, Adriana Cristina de. 2012. **A prática docente do professor da educação infantil**: contribuições para o desenvolvimento das crianças. Curriculum, São Paulo, v.8 n.1 abril 2012. Disponível emhttp://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum Acesso em 10 de novembro de 2015

MATTOS, Laura Kemp de e NUERNBERG, Adriano Henrique (2011), Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnostico de autismo na educação infantil. Ver. Edu.Espec. Santa Maria, v. 24 n 39, p- 129- 142; jan./abril. 2011. Disponível em http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial . Acesso em 10 de novembro de 2015

MANTOAN, Maria Teresa Engler; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Pontos e contrapontos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Summus, 2010.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ORRÚ, Silvia Ester. Autismo: o que os pais devem saber? 2.ed.-Rio de Janeiro:Wak Editora, 20011.

RÊGO, T. **Caminhada alerta para conscientização do autismo.** R7, Rio de Janeiro, 08 abr.1996. Disponível em: https://www.noticias.r7.com Acesso em: 10 Mai 1996.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro ; LEAL, Zaíra Fátima de Rezende Gonzales. A Exclusão Social e a Educação Escolar: Aspectos Relevantes para a Educação Especial. In: Educação especial e teoria histórico-cultural: contribuições para o desenvolvimento humano. LEONARDO, N. S. T.; BARROCO. S. M.; ROSSATO, S. P. M. 1. ed., p. 64-86, Curitiba: Appris, 2017.

SOUZA, J.C.; GUIMARÃES, L.A.M.; BALLONE, G.J**. Psicopatologia e Psiquiatria Básicas.** São Paulo: UCDB, 2004.

SCHWARTZMAN, José Salomão. *Transtorno do Espectro Autista: características e implicações educacionais*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação. Necessidades Educativas Especiais.** Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A .R. e LEONTIEV, A.N**. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1984**.**

VYGOTSKY, Lev Semionovich**. A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.